



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 23 / 2021.

PROTOCOLO Divisão das Comissões

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Proj. de Lei Comp. nº 1169-2021

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 25/05/21 Horário 08:28h

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, com base no inciso II do art. 62 da Lei Orgânica Municipal, apresento meus cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto a apreciação e votação, do Projeto de Lei Complementar, em anexo, que *"Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 580/2015 e dá outras providências"*.

Verifica-se que a presente proposta é de competência privativa do Prefeito, tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, no artigo 87, III, VI e VIII, *in verbis*:

"Art. 87. Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

(...)

VI – dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

(...)

VIII – prover e extinguir cargos públicos municipais, na forma da lei, exceto os de competência privativa da Câmara Municipal;"

Considerando a drástica mudança do contexto de admissão das categorias ora extintas, que consistia na execução de inúmeros empreendimento promovidos pelos Programas de Aceleração do Crescimento – PAC, o qual possuía caráter temporário, não subsistindo atualmente.

Considerando a realidade econômica global que indica recessão e desinvestimento e os sucessivos contingenciamentos promovidos pelo Governo Federal em especial nos setores ligados à infraestrutura, principal nicho de atuação das carreiras ora mencionadas.

Considerando a realidade econômica local com expressiva queda na arrecadação o que exige da Administração a utilização mais eficiente dos recursos já existentes e tornando uma futura contratação de profissionais nos modelos tradicionais uma possibilidade remota, senão impossível.

HILDON DE LIMA
CHAVES:476518
22404

Assinado de forma digital
por HILDON DE LIMA
CHAVES:47651822404
Data: 23.05.21
23:38:55



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Considerando a manifestação da Procuradoria Geral do Município de Porto Velho por meio do Ofício 0102/GAB/PGM, a necessidade de se estabelecer critérios objetivos por meio de outro dispositivo legal.

Considerando as linhas gerais da vindoura reforma administrativa que simplifica as carreiras e realiza a devida delimitação das funções que exercem atividades administrativas, técnicas ou especializadas que são contínuas.

Desta forma Nobres Vereadores, em virtude das razões apresentadas, atento à importância da matéria em tratativa, razão pela qual submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências, em caráter de urgência, com fundamento no art. 66 da Lei Orgânica do Município, pelo que rogo por sua aprovação.

Porto Velho – RO, 24 de maio de 2021.

HILDON DE LIMA

CHAVES:47651822404

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito

Assinado de forma digital por

HILDON DE LIMA

CHAVES:47651822404

Dados: 2021.05.24 23:39:27 -04'00'



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10 DE 24 DE MAIO DE 2021.

PROTOCOLO Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. nº _____

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data ____/____/____ Horário _____

"Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 580/2015 e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

CONSIDERANDO a centralidade do princípio da eficiência para a Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de imprimir maior produtividade à instrução de processos no âmbito do Município De Porto Velho;

CONSIDERANDO as importantes vantagens e benefícios diretos e indiretos resultantes da efetividade dos trabalhos de natureza Técnica, para o servidor e para a sociedade;

CONSIDERANDO a busca do bom funcionamento deste Executivo Municipal, cumprindo seu papel Constitucional;

CONSIDERANDO que a avaliação sistemática, contínua e eficaz é uma ferramenta gerencial poderosa, fornecendo aos gestores, condições e subsídios para aumentar a eficiência e efetividade na execução das atribuições e produção dos resultados pelo seu Corpo Técnico;

CONSIDERANDO necessidade de estabelecer indicadores e metas para os Engenheiros e Arquitetos que compõem o Município de Porto Velho, como também mecanismos para que a alta administração do acompanhe o seu desempenho;

CONSIDERANDO a eficiência, como sendo o grau de otimização na utilização, conservação e desenvolvimento dos recursos potenciais e atuais na consecução da finalidade e objetivos controle externo;

CONSIDERANDO que a efetividade determina o atingimento dos resultados na consecução dos fins constitucionais e legais do Município de Porto Velho;

CONSIDERANDO que avaliar a produtividade e efetividade dos trabalhos não consiste somente em apontar erros ou falhas, ou seja, dizer que o servidor não alcançou determinados indicadores, mas sim, demonstrar as causas e efeitos do não alcance dos objetivos propostos e, especialmente, fazer recomendações (orientações) objetivas para corrigir, adequar ou aperfeiçoar a sua atuação, de acordo com as boas práticas da gestão de pessoas;

HILDON DE LIMA
CHAVES:476518
22404

Assinado de forma digital
por HILDON DE LIMA
CHAVES:476518
Dados: 2021.05.24
23:39:43 -04'00'



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONSIDERANDO que a modificação da natureza da Produtividade nos termos da Lei Complementar nº 580/2015, para gratificação de responsabilidade técnica, tornou impossível a aferição e o acompanhamento das metas desprestigiando as razões supramencionadas, inclusive confundindo-se com a própria natureza do cargo;

CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Município de Porto Velho por meio do Ofício Nº 102/GAB/PGM/2021 no sentido de estabelecer critérios objetivos de aferição de determinada gratificação ou produtividade.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprova e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica transformada a Gratificação de Responsabilidade Técnica – GRT, instituída por meio da Lei Complementar nº 580/2015 em "**Gratificação de Produtividade aos Cargos Efetivos de Engenheiros e Arquitetos**".

§ 1º A gratificação a que se refere o caput, deste artigo será devida aos servidores efetivos dos cargos de engenheiros e arquitetos, e concedida com base na pontuação máxima de 1.400 (mil e quatrocentos pontos) como retribuição à execução das atividades constantes de tabela a ser elaborada por ato do Poder Executivo.

§ 2º O valor de cada ponto corresponderá a 5,5% (cinco e meio por cento) do valor da Unidade Padrão Fiscal do Município – UPF.

§ 3º Os pontos serão apurados mensalmente através de Boletim de Produção devidamente certificado, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da apuração desses registros e homologados pelo secretário da pasta.

§ 4º Sobre os valores percebidos a título de produtividade incidirá contribuição previdenciária, nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº 092, de 30 de setembro de 1999.

Art. 2º Os critérios e procedimentos de aferição para atribuição da GPE serão estabelecidos em ato do Chefe do Executivo em até 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 580/2015 na íntegra.

HILDON DE LIMA
CHAVES:476518
22404

Assinado de forma digital
por HILDON DE LIMA
CHAVES:47651822404
Dados: 2021.05.24
23:40:03 -04'00'